



Informação

[Projeto de Resolução n.º 195/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a reativação e valorização da fileira da lã em Portugal

[Projeto de Resolução n.º 202/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã

[Projeto de Resolução n.º 476/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º do RAR, em reunião da Comissão de 12.05.2026



1. Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa (Poderes dos Deputados) e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República (Poderes dos Deputados), foram apresentadas, e discutidas conjuntamente, as seguintes iniciativas:

[Projeto de Resolução n.º 195/XVII/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a reativação e valorização da fileira da lã em Portugal

[Projeto de Resolução n.º 202/XVII/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã

[Projeto de Resolução n.º 476/XVII/1.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã

2. O Deputado Nuno Simões de Melo (CH) referiu, em síntese, que o projeto de resolução apresentado pelo GP do CH centra-se na valorização da fileira da lã, sublinhando a sua importância económica e a ligação a outras atividades complementares, como a produção de carne e de leite ovino. Explica que a lã, que anteriormente representava um rendimento adicional para os produtores, passou a constituir um encargo, uma vez que a tosquia é obrigatória por razões sanitárias e acarreta custos sem retorno económico. Destaca ainda que, apesar de terem existido avanços na valorização das fileiras da carne e do queijo, não houve progressos equivalentes na certificação e no apoio à produção de lã. Refere também o encerramento do último lavadouro industrial de lã no País, o que agravou as dificuldades dos produtores, que se veem sem solução adequada para escoar ou tratar este subproduto. Neste contexto, o projeto propõe um conjunto de medidas de apoio direto à iniciativa privada, aos produtores e à atividade da tosquia, visando criar condições para revitalizar a fileira da lã e apoiar os pequenos produtores ligados ao setor ovino.
3. O Deputado Pedro do Carmo (PS) explicou que o projeto de resolução apresentado pelo GP do PS representa uma continuidade do trabalho já desenvolvido em legislaturas anteriores, sublinhando que a iniciativa reflete a atenção dada à crise da fileira da lã, um setor que considera abandonado e com impactos negativos para os produtores, os territórios e a economia local. Explica que o projeto parte do reconhecimento da importância do efetivo ovino em Portugal, não apenas para a produção de carne, mas também para a valorização da lã, cuja diversidade está associada às diferentes raças autóctones. Defende



que a lã não deve ser tratada como resíduo, mas sim como um recurso com valor económico, sendo necessário criar circuitos estruturados de transformação que evitem o desperdício de um produto com potencial. Sublinha ainda a convergência entre várias forças políticas nesta matéria e manifesta disponibilidade para trabalhar numa solução conjunta, de modo a recomendar ao Governo medidas concretas que respondam às necessidades dos produtores e promovam a reativação da fileira da lã.

4. O Deputado Alfredo Maia (PCP) referiu que o projeto de resolução apresentado pelo GP do PCP é uma resposta à crise da fileira da lã, sublinhando a necessidade de valorizar este recurso tradicional, que considera ter relevância económica, produtiva e patrimonial. Recorda que o partido já vinha defendendo medidas para este setor e para a valorização das raças autóctones ovinas. Explica que a iniciativa surge em particular na sequência do encerramento do último grande lavadouro industrial de lã, na Guarda, o que interrompeu uma etapa essencial do ciclo produtivo e criou dificuldades acrescidas aos produtores, que ficam sem solução para tratar ou escoar a lã. Neste contexto, o projeto propõe a definição de uma estratégia nacional de valorização da fileira da lã, incluindo mecanismos de certificação ambiental e medidas que assegurem a manutenção da capacidade de transformação, com o objetivo de evitar o desperdício e reforçar a valorização económica deste recurso.
5. O Deputado Hernâni Dias (PSD) referiu que, apesar de existir consenso quanto à necessidade de valorizar a fileira da lã, as iniciativas em discussão apresentam fragilidades nas soluções apresentadas. Sublinhou que a lã continua a ser um setor com relevância económica, ambiental e territorial, sobretudo nas regiões do interior, mas alertou que é necessário ir além do diagnóstico e apresentar medidas realistas e exequíveis. No que respeita aos projetos em análise, apontou que o projeto apresentado pelo GP do PS tem uma abordagem genérica, sem medidas concretas, metas, calendário ou enquadramento financeiro. Quanto ao projeto de resolução do GP do CH, considerou que propõe soluções excessivamente simplificadas, como a fixação de um preço mínimo para a lã, benefícios fiscais e reindustrialização, sem atender aos impactos orçamentais, às regras do mercado e às limitações estruturais do setor. Por último, relativamente ao projeto apresentado pelo GP do PCP, assinalou dúvidas sobre a viabilidade económica da proposta de reativação de um lavadouro



através do setor público ou cooperativo, por não apresentar um modelo de gestão sustentável. Acrescentou que o Governo já está a atuar sobre esta matéria, através de medidas como a valorização da lã nacional, a criação de um selo «lã 100% portuguesa», a diversificação de usos deste produto e o enquadramento de apoios nos instrumentos já existentes, defendendo por isso uma resposta assente em soluções sustentáveis, articuladas com a realidade económica do setor.

6. O Deputado Nuno Simões de Melo (CH), esclareceu que o projeto de resolução apresentado pelo GP do CH não propõe a fixação administrativa de um preço mínimo para a lã, mas sim a criação de um programa de valorização que permita garantir aos produtores uma remuneração justa pela lã entregue para transformação. Sublinhou que a intenção é apoiar o setor, e não impor um modelo de economia planificada. Saudou ainda o facto de o Governo estar a avançar com medidas que, no seu entender, coincidem com propostas apresentadas pelo seu GP, considerando isso um sinal de que a iniciativa teve utilidade. Contudo, manifestou dúvidas quanto à concretização prática dessas medidas, nomeadamente sobre a inexistência de infraestruturas adequadas para a lavagem e transformação da lã em Portugal, questionando onde poderão os produtores encaminhar a lã para processamento e certificação, de forma a valorizar este produto e garantir o seu aproveitamento económico.
7. O Deputado Alfredo Maia (PCP) defendeu a necessidade de valorizar economicamente a lã, salientando a discrepância entre o baixo preço de venda do produto e os elevados custos associados à tosquia, considerando essa situação insustentável para os produtores. Argumentou que a fileira deve ser valorizada tendo em conta a qualidade e o potencial diferenciador de certas lãs. Criticou ainda a objeção do GP do PSD aos projetos da oposição com base na ausência de quantificação de custos, sublinhando que o projeto de resolução apresentado pelo GP do PCP trata-se de um projeto cujo objetivo é recomendar ao Governo a adoção de medidas, e não definir a sua execução financeira detalhada. Por fim, defendeu que a resolução do problema do lavadouro de lã deve ser encontrada pelo Governo, seja através de soluções públicas ou cooperativas, de forma a reforçar a autonomia nacional na fileira e reduzir dependências externas, apelando à viabilização da iniciativa.



8. O Deputado Pedro do Carmo (PS) defendeu que o projeto de resolução apresentado pelo GP do PS é como um instrumento de recomendação ao Governo, sublinhando que não cabe ao Parlamento executar, mas sim sugerir medidas e orientar políticas públicas. Rejeitou as críticas dirigidas à iniciativa, considerando-as infundadas e insistindo que o projeto inclui indicadores precisamente para apoiar a ação governativa. Abordou ainda a problemática da fileira da lã, destacando que, após a tosquia obrigatória dos animais, o principal problema não é o processo em si, mas sim a ausência de soluções para o aproveitamento ou encaminhamento da lã, que frequentemente não tem destino económico ou industrial. Alertou para o impacto disso na sustentabilidade do setor, referindo que a lã acaba por se tornar um «resíduo» sem valor. Defendeu, por isso, a necessidade de criar soluções que valorizem economicamente a lã, dando-lhe utilidade e retorno direto para os produtores, mencionando exemplos internacionais e a importância de inovação e melhor aproveitamento do potencial do setor. Concluiu reafirmando que o objetivo do projeto é incentivar a atuação do Governo e a implementação de medidas concretas, assinalando as objeções do GP do PSD como não apresentando contributos adicionais de natureza substantiva para a discussão.
9. O Deputado Mário Amorim Lopes (IL) expressou dúvidas e críticas ao projeto apresentado pelo GP do CH, questionando a coerência das medidas propostas, em particular a ideia de um «preço mínimo justo» para a lã. Argumentou que, na prática, tal mecanismo só poderia ser garantido através de subsídios públicos, o que contradiria a narrativa de «menos Estado» defendida pelo partido. Apontou ainda problemas de viabilidade jurídica e compatibilidade com as regras da União Europeia (UE) relativamente à preferência por produtos nacionais em concursos públicos, considerando que tal medida poderia configurar discriminação e gerar conflitos comerciais com outros Estados-Membros. Alertou também para possíveis efeitos negativos de uma abordagem protecionista, nomeadamente o risco de retaliação de outros países contra produtos portugueses. Concluiu pedindo esclarecimentos sobre a forma como o GP do CH pretende operacionalizar as suas propostas, tanto em termos de financiamento como de enquadramento europeu.
10. A Deputada Júlia Rodrigues (PS) reforçou a importância da valorização da fileira da lã, destacando em particular a sua ligação a setores como o artesanato,



nomeadamente a produção de tapetes de lã, que têm elevada procura e valor de mercado, mas enfrentam falta de matéria-prima nacional. Defendeu que, estando o problema identificado e existindo propostas de vários partidos, seria útil consolidar soluções num texto mais abrangente, que contemplasse também as fases de pré-lavagem e lavagem industrial da lã. Sublinhou que a valorização desta cadeia produtiva poderia aumentar o rendimento dos agricultores e reforçar a disponibilidade de matéria-prima para o artesanato tradicional português. Concluiu salientando a importância de preservar e promover estes produtos tradicionais como elementos distintivos da identidade nacional e com potencial de valorização nos mercados internacionais.

11. O Deputado Hernâni Dias (PSD) afirmou que existe consenso quanto à identificação dos problemas na fileira da lã, sublinhando que não está em causa a existência do problema, mas sim as diferentes propostas apresentadas para a sua resolução. Defendeu que o Governo já está a desenvolver medidas para valorizar o setor e que é natural que cada partido apresente perspetivas distintas, sendo legítimo o debate político sobre essas soluções. Criticou o GP do PS, referindo que o problema não é novo e que já existia durante os seus anos de governação, sem que tenham sido tomadas medidas eficazes para o resolver. Ainda assim, valorizou o reconhecimento atual da situação por parte desse partido. Concluiu defendendo a necessidade de trabalho conjunto entre os partidos e o Governo para valorizar a fileira da lã e a ovinocultura, com o objetivo de gerar valor económico e apoiar os produtores.
12. O Deputado Nuno Simões de Melo (CH) afirmou que o debate sobre a fileira da lã deve ser construtivo, defendendo que existe consenso quanto à existência do problema e que o objetivo é encontrar a melhor solução possível. Respondendo às críticas, esclareceu três pontos principais: defendeu que a preferência pela lã nacional pode ser aplicada desde que exista certificação do produto, independentemente da nacionalidade do produtor; explicou que o conceito de «preço mínimo garantido» deve ser entendido como uma possível majoração de apoios já existentes no âmbito da UE, e não como uma fixação administrativa de preços; e terminou com uma observação irónica, rejeitando interpretações incorretas das propostas apresentadas.
13. O Deputado Mário Amorim Lopes (IL) manifestou reservas relativamente à proposta de resolução apresentada pelo GP do CH, nomeadamente no que diz



respeito à possibilidade de atribuir preferência à lã certificada como 100% portuguesa. Esclareceu que, à luz das regras da UE, não é admissível estabelecer uma discriminação com base apenas na origem nacional do produto. Defendeu que eventuais critérios de valorização devem assentar em parâmetros objetivos e técnicos, como sustentabilidade, rastreabilidade ou desempenho, podendo a lã portuguesa beneficiar caso cumpra esses requisitos. Concluiu sublinhando que uma preferência exclusivamente baseada na origem nacional não seria compatível com as diretivas europeias.

14. Realizada a discussão, remete-se esta informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na reunião plenária, nos termos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, em 12 de maio de 2026.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Maurício Marques)